



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0017171-67.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Gianne Rosado Sirqueira Transportes**
 Requerido: **Rei Frango Abatedouro Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

GIANNE ROSADO SIRQUEIRA TRANSPORTES declarou crédito nos autos da Recuperação Judicial de **REI FRANGO ABATEDOURO LTDA..**

A recuperanda concordou com o crédito.

O Administrador Judicial não se manifestou.

O Ministério Público se manifestou requerendo a extinção do feito sem apreciação do mérito, visto que a habilitante não regularizou sua representação processual, bem como impugnou o pedido, argumentando com não submissão à Recuperação Judicial.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Apesar da habilitante não ter regularizado sua representação processual, os documentos juntados à fls.03/05 comprovam que a Dra. Advogada subscritora de fls.02 tem poderes para representá-la.

Cuida-se de crédito constituído posteriormente ao requerimento e, também, ao deferimento da recuperação judicial da devedora, bem por isso não sujeito a seus efeitos.

Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Assim dispõe o artigo 49, *caput*, da Lei 11.101/2005. Os créditos posteriores não ficam sujeitos a ela.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

No caso em exame, a dívida decorre de condenação judicial, proferida após o processamento e deferimento da Recuperação Judicial, pelo que a ela não está sujeita. Cabe a credora promover o cumprimento da sentença, perante o D. Juízo que proferiu a condenação, tal qual dispõe o artigo 475-B do Código de Processo Civil.

Diante do exposto, **rejeito a habilitação.**

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de dezembro de 2013.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DATA

Em _____ de _____ de _____
 recebi estes autos com a r.sentença supra.
 Eu, _____ (esc.subscrevi).

PUBLICAÇÃO

Em _____ de _____ de _____
 por determinação superior publico em Cartório
 a sentença supra.
 Eu, _____.